

# (NOVA) AGENDA URBANA

## RELATÓRIO NACIONAL HABITAT III E AS COMPLEMENTARIDADES COM AGENDA 2030

THINK URBAN; POLÍTICA DE CIDADES; AGENDA 2030; INDICADORES CIDADES SUSTENTÁVEIS

No âmbito das atividades preparatórias da **Habitat III** (Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável), que decorrerá no Equador em outubro próximo, a Direção Geral do Território coordenou a elaboração do Relatório Nacional, cuja consulta pública decorreu entre 14 de março e 12 de abril de 2016.

O objetivo da análise visa a implementação da **Nova Agenda Urbana**, que assume definitivamente o **papel central das cidades na construção de um modelo de sociedade sustentável**.

Numa sociedade que caminha para uma população de 9 biliões em 2050, dois terços dos quais a viver em espaços urbanos, os principais desafios globais, desde o combate à pobreza, passando pela adaptação às alterações climáticas, transição de paradigma energético e de modos de produção, distribuição e consumo, sem esquecer a tolerância, talento e tecnologia, são ganhos nas cidades.

Espaços urbanos mais prósperos, mais justos, mais verdes, mais inovadores, mais qualificados e mais atrativos são condição necessária para levar a bom porto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Com base neste enquadramento de *drivers* e tendências, o Relatório Nacional segue a estrutura recomendada pela ONU, analisando seis áreas estratégicas:

### Demografia Urbana;



- Gestão da urbanização acelerada
- Gestão das relações urbano-rurais
- Respostas às necessidades da juventude em meio urbano
- Respostas às necessidades dos idosos
- Integração das questões de género no desenvolvimento urbano

### Ordenamento do Território e Planeamento Urbano;



- Assegurar o planeamento e o desenho urbano sustentável
- Melhoria da gestão do solo urbano, incluindo a expansão urbana
- Aumento da produção alimentar em áreas urbanas e periurbanas
- Enfrentar os desafios da mobilidade urbana
- Aumento da capacidade técnica no planeamento e gestão das cidades

### Ambiente e Urbanização;



- Lidar com as alterações climáticas
- Redução do risco de catástrofes
- Redução do congestionamento do tráfego
- Poluição do ar

### Governança Urbana e Legislação;



- Melhoria da legislação urbanística
- Descentralização e fortalecimento da Administração Local
- Melhoria da participação e dos direitos humanos no desenvolvimento urbano
- Reforço da segurança urbana
- Melhoria da inclusão social e da equidade

### Economia Urbana;



- Melhoria das finanças autárquicas
- Reforço e melhoria de acesso ao financiamento da habitação
- Apoio ao desenvolvimento da economia local
- Criação de emprego e de meios de subsistência condignos
- Integração da economia urbana na política nacional de desenvolvimento

### Habitação e Infraestruturas Básicas



- Melhoria dos bairros de barracas e prevenção da sua formação
- Melhoria do acesso a habitação condigna
- Assegurar o acesso sustentável a água potável
- Assegurar o acesso sustentável ao saneamento básico e drenagem
- Melhoria do acesso a energias domésticas limpas

## DEMOGRAFIA URBANA

No seio dos países mais desenvolvidos, o envelhecimento demográfico, reforçado pelo acentuado aumento dos fluxos migratórios em economias mais vulneráveis e penalizadas pela crise, é uma tendência incontornável.

Nas últimas décadas, Portugal foi conseguindo acomodar as variações negativas do crescimento natural com os fluxos migratórios positivos, mas a recessão económica dos últimos anos ditou um cenário negativo e que poderá conduzir efetivamente a uma contração significativa da população residente.

Na esfera urbana, esta tendência gera maiores desequilíbrios, pelo que é necessário repensar os sistemas urbanos de modo a garantir um crescimento inclusivo, incluindo a disponibilidade e acesso a equipamentos sociais, aproveitando as oportunidades associadas à inovação tecnológica (vd teletrabalho, teleassistência, serviços de

proximidades) à valorização do território e da conectividade intra e interurbana, potenciando o peri-urbano, nomeadamente no que respeita a medidas de conservação da natureza e de mobilidade sustentável.

## **ORDENAMENTO E PLANEAMENTO – AMBIENTE, ECONOMIA, MODELO DE GOVERNAÇÃO E INFRAESTRUTURAS**

A capacidade de **mitigar riscos** de uma evolução descontrolada do espaço urbano é determinante para tornar as cidades mais robustas face ao efeito de fatores não controláveis e/ou imprevistos. Ganhar esse estatuto de “resiliência” implica repensar o enquadramento jurídico do uso dos solos e calibrar critérios na agenda transformadora do território.

A **requalificação urbana**, nomeadamente nos centros históricos e áreas em processo acelerado de degradação, é um eixo de intervenção fundamental para dinamizar atividades de maior conteúdo tecnológico, gerar emprego, atrair talentos, criar oportunidades de maior valor acrescentado na cadeia de valor, impulsionar a coesão territorial e social e acelerar uma indústria 4.0 que, afinal, pretende capitalizar novos serviços numa especialização produtiva internacionalizada, em que a conectividade é uma mais-valia

Neste quadro, o sistema de **transportes** ganha uma centralidade estratégica, seja na eficácia e robustez gerada pela adequada articulação institucional entre Administração central, local e sociedade civil, seja pelo elevado peso que o setor tem numa política de combate às alterações climáticas e de eficiência energética e na concretização de um território socialmente coeso.

Aqui torna-se indispensável capacitar as regiões de baixa densidade das condições para atrair população.

O diagnóstico dos desafios de combate às alterações climáticas está plasmado no **Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC)**, aprovado o ano passado, evidenciando a necessária adaptação dos instrumentos de gestão territorial à política de **mitigação** (PNAC 2020/30); mas urge dinamizar o eixo da política de **adaptação** sem o qual será pouco verosímil cumprir as metas previstas no **Acordo de Paris**.

A complexidade da realidade é uma evidência e, por isso, a **desmaterialização** e **simplificação** administrativa são facilitadores para uma estratégia integrada eficaz, que tem, necessariamente, de atender à **articulação de políticas setoriais** e às **parcerias** entre os diferentes atores.

O retrocesso em termos de coesão social, resultante da crise, obriga a desencadear mecanismos que favoreçam o acesso à habitação, à saúde, educação, qualificação e recuperação da criação de emprego com a dinamização de (novas) atividades – só assim se conseguirá reduzir o número de pessoas em risco de pobreza (meta de redução em 10%, ou seja, 200 mil pessoas até 2020).

## **NUA, ODS E MÉTRICA – LIGAÇÕES FORTES**

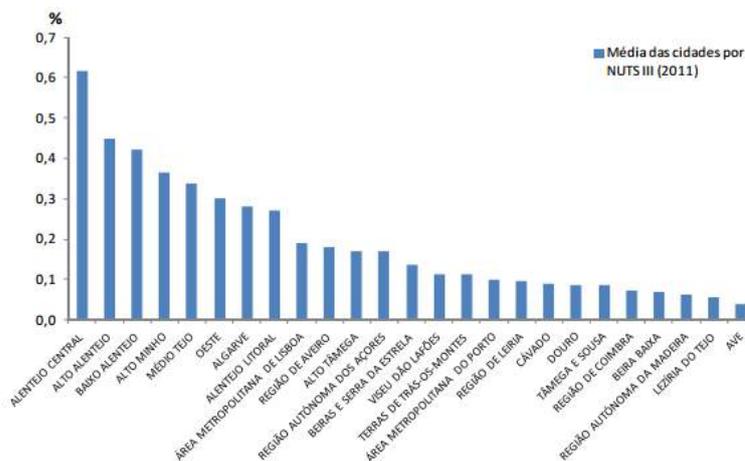
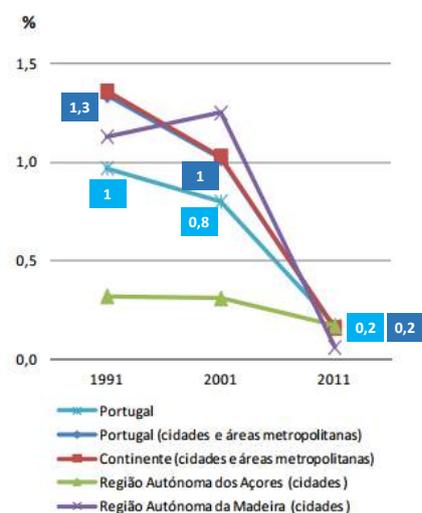
A dimensão urbana dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) extravasa amplamente o **ODS 11**, que, *per se*, é um reconhecimento do papel decisivo das cidades.

A verdade é que verificamos que a **dimensão urbana se reflete bem mais na definição do objetivo do que propriamente nas metas e indicadores**, o que traduz limitações significativas em termos de especificidades e níveis de responsabilidade de todos os atores. No caso das metas, é notória a falta de ligação entre o ODS 11 e o ODS 10 (desigualdades) e 16 (Paz e sociedade inclusiva), o que sugere a necessidade de operacionalizar os ODS; a complementaridade entre os dois processos é fulcral, não apenas evitando duplicação/sobreposição de medidas, mas sobretudo porque **a NUA pode ser uma forma de envolver atores regionais e locais na prossecução dos ODS**.

No âmbito da Habitat III existe um conjunto de indicadores para aferir a realidade e favorecer a adequação de medidas e monitorizar resultados. No caso de Portugal, o último retrato remonta aos censos de 2011:

HIII Percentagem de população residente em bairros de barracas ou em bairros degradados

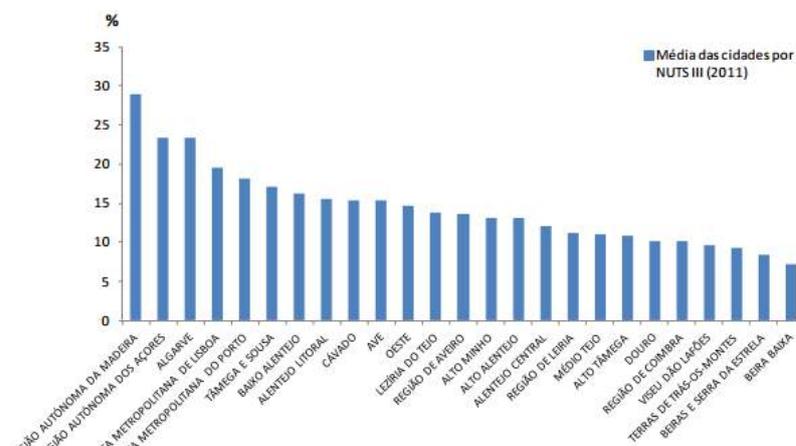
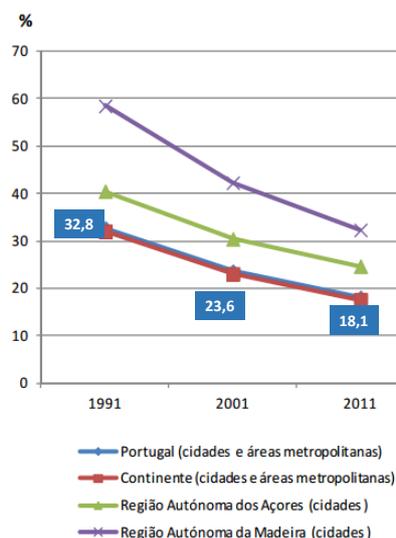
INE Percentagem de população que vive em alojamentos familiares não clássicos



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

HIII Percentagem de população urbana com acesso a uma habitação condigna

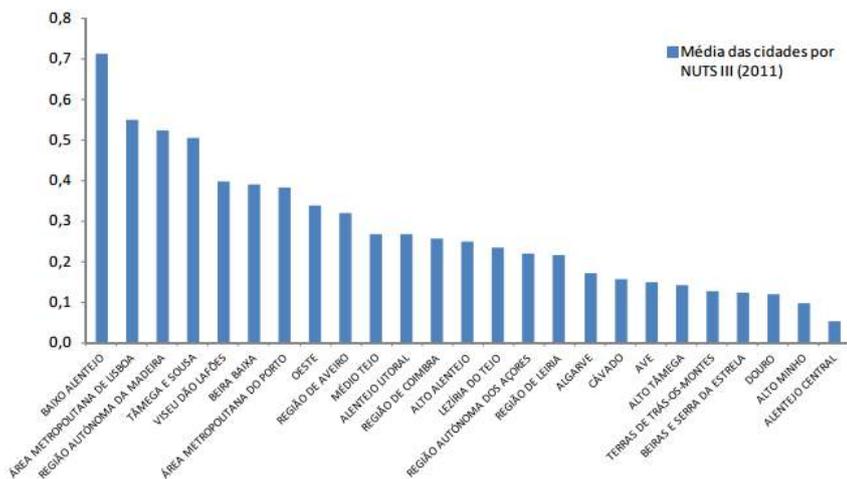
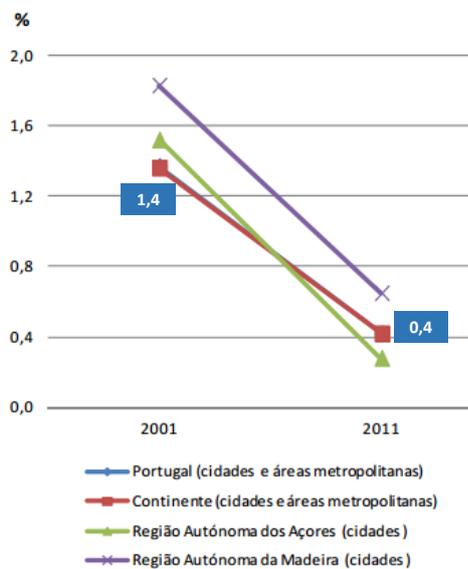
INE Percentagem de população que vive em alojamentos familiares de residência habitual sobrelotados



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

HIII Percentagem de população urbana com acesso a uma habitação condigna

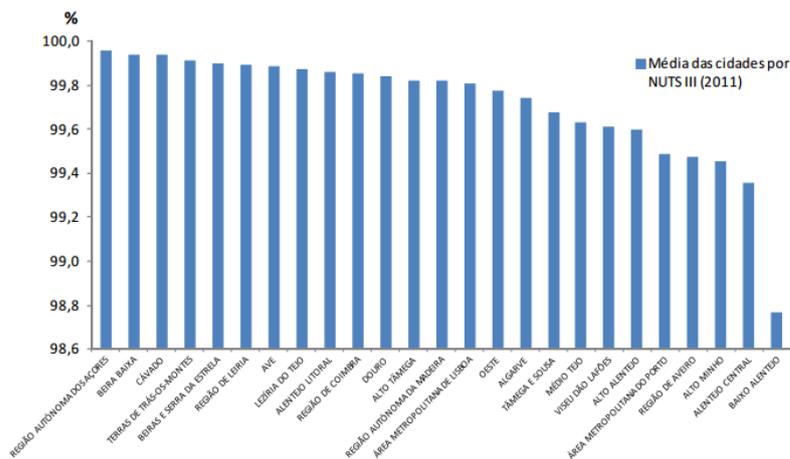
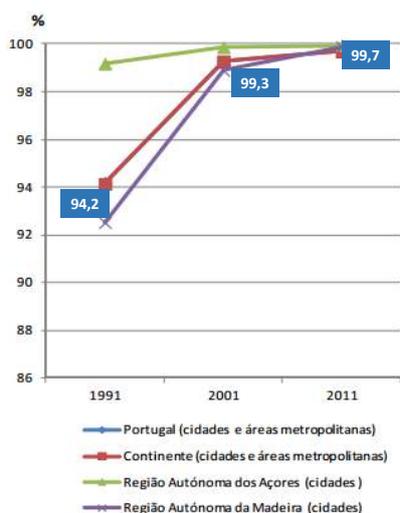
INE Percentagem de população que vive em alojamentos familiares clássicos em edifícios muito degradados



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

HIII Percentagem de população que vive em zonas urbanas com acesso a água potável

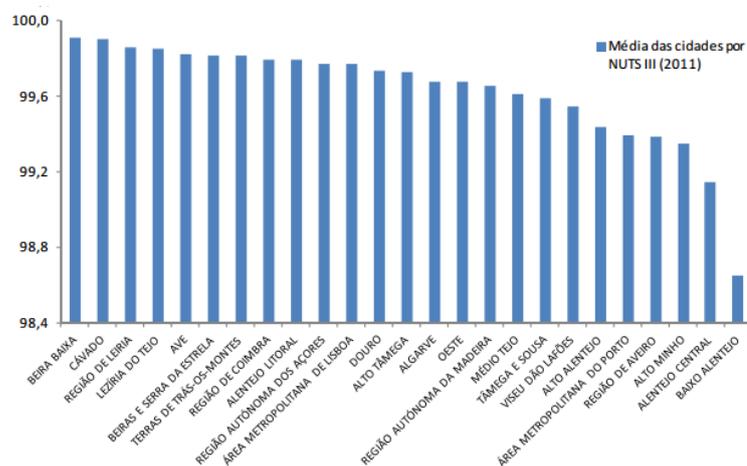
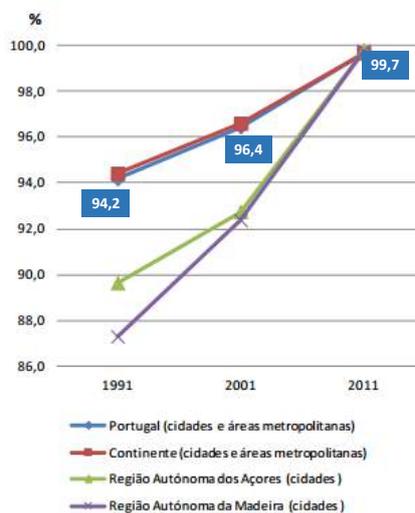
INE Percentagem de população que vive em alojamentos familiares de residência habitual com água canalizada



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

HIII Percentagem de população que vive em zonas urbanas com saneamento básico

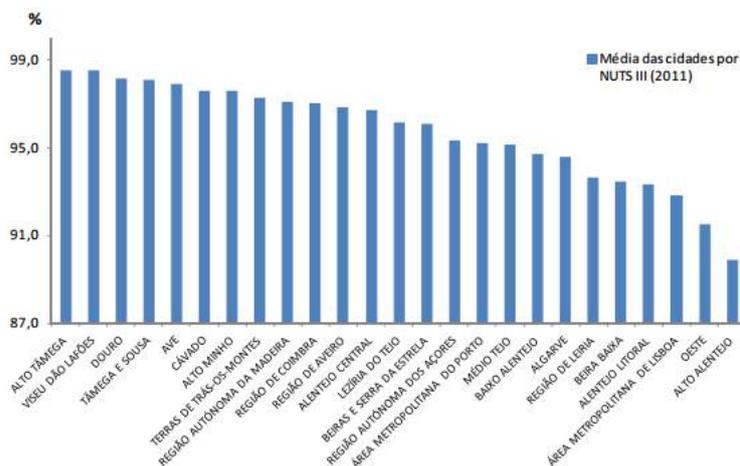
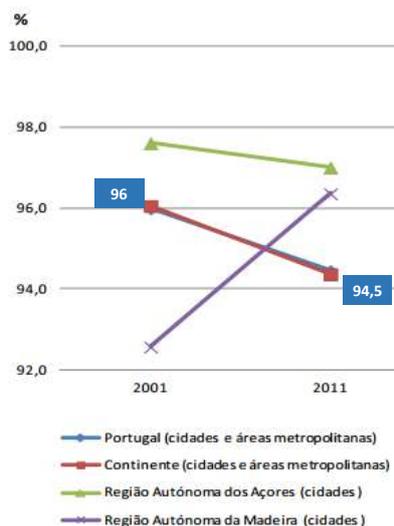
INE % população que vive em alojamentos familiares de residência habitual com retrete e sistema de drenagem de águas residuais



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

HIII Percentagem de população que vive em zonas urbanas com recolha de resíduos sólidos

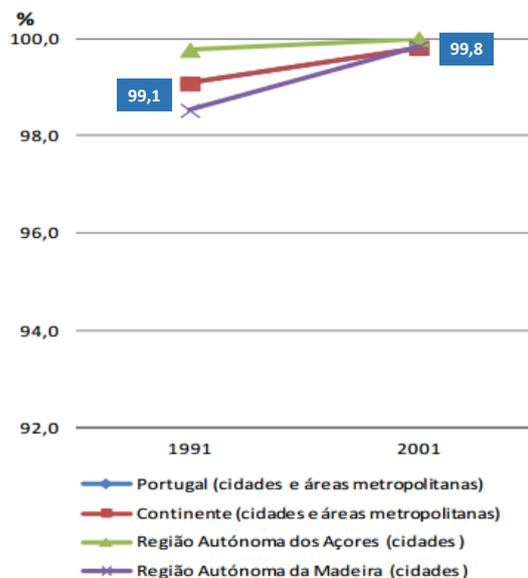
INE Percentagem de população que vive em edifícios com sistema de recolha de resíduos sólidos



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

HIII Percentagem de população que vive em zonas urbanas com energia para as habitações não contaminante

INE Percentagem de população que vive em alojamentos familiares de residência habitual com eletricidade



HIII Nível de efetiva descentralização urbana para o desenvolvimento urbano sustentável, medido por Percentagem, tanto de receitas como de despesas, do orçamento nacional que foram atribuídas às administrações regionais ou locais

INE Percentagem das receitas e despesas da administração regional e local no total de receitas e despesas das administrações públicas

